

O PÊNDULO DA HISTÓRIA –
TEMPO E ETERNIDADE NO PENSAMENTO CATÓLICO
(1800-1960)*

AZILDE L. ANDREOTTI**

Em *O pêndulo da História – Tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960)*, Ivan A. Manoel investiga o movimento conservador da Igreja Católica como reação à sociedade moderna que se consubstanciou no século XIX, assinalando o propósito de apresentar os elementos que fundamentaram a filosofia da história do catolicismo ultramontano¹ entre 1800 e 1960, bem como alguns resultados políticos advindos das ações que esse movimento engendrou.

O autor nos traz uma questão crucial para os dias atuais: quase uma ousadia escrever ou explicitar sobre a filosofia da história. Afinal, a História não acabou, como afirma certa vertente dos estudos de sociedade? Ou, se existiu, teve algum sentido? Ao longo do texto, as discussões permeiam essas questões.

O período proposto é o de consolidação da sociedade capitalista e o movimento do catolicismo ultramontano é o de reação ao racionalismo e aos ideais liberais, enfatizando o *centralismo* na pessoa do Papa e a condenação ao capitalismo e ao comunismo. Na afirmação de Ivan Manoel, “um indisfarçável saudosismo da Idade Média” (p. 11).

O texto percorre a fase da Igreja Católica entre o pontificado de Pio VII (1800-1823), na consolidação da doutrina conservadora e restauradora da Igreja, e o pontificado de João XXIII (1958-1963), quando se estabeleceu uma “nova autocompreensão da Igreja”, ensejando movimentos como a Teologia da Libertação, tão atuante, principalmente em alguns países da América Latina.

* Resenha do livro de Ivan A. Manoel (Maringá: EDUEM, 2004).

** Doutora em educação e pesquisadora vinculada ao Grupo de Pesquisa “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR), da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Como um alerta metodológico o autor assinala: a Igreja não foi sempre a mesma, ou seja, os rótulos não são adequados quando se estuda uma instituição com uma história de 2.000 anos, que agiu de diferentes modos durante a sua trajetória de acordo com o que o mundo externo propagou, impondo a necessidade de uma reorganização interna, tanto doutrinária quanto política, princípios esses inseparáveis.

O texto demonstra que o período do catolicismo ultramontano não foi homogêneo, destacando três momentos: o primeiro, entre 1800 e 1878, no qual se consolidam as diretrizes da reação conservadora da Igreja; o segundo, entre 1878 e 1903, quando se consubstancia o projeto de interferência; e o terceiro, entre 1903 e 1958, com os programas da Ação Católica.

Sobre a filosofia da história, o texto examina o conceito como “um conjunto de teorias, explicações e interpretações a respeito dos fatos considerados históricos”, com o objetivo de buscar uma teleologia contida nessas interpretações.

Entre as várias questões propostas por Ivan Manoel, talvez a mais relevante esteja contida no fato de que a Igreja Católica, como herança do judaísmo, ao anunciar o fim dos tempos com o juízo final, lançou as bases do pensamento histórico ocidental: a história não é cíclica e, sim, linear. Eis aí a origem da teoria linear e evolutiva do processo histórico.

O livro é dividido em quatro capítulos estruturados com menções a autores clássicos e pensadores católicos e laicos, citações de documentos oficiais da Igreja, percorrendo vertentes brasileiras sobre a questão.

O texto inicia discorrendo sobre o paradigma do progresso, idéia central em um estudo que analisa o movimento da História. Esse caminho inexorável para a frente é fruto da razão humana ou transcende essa razão? O conhecimento é fonte divina ou produto da experiência humana acumulada?

Para os racionalistas, o progresso é o material, decorrência dos avanços técnico-científicos. O iluminismo, o positivismo e o marxismo, teorias que se consubstanciaram no decorrer dos séculos XVIII e XIX, cada uma a seu modo, vislumbraram um futuro para a humanidade nos “limites da temporalidade”.

A Igreja Católica, instituição pautada pelo caminho da salvação, rejeita a teoria do progresso contido no pensamento racionalista, porque

as facilidades da vida moderna levam à perdição humana e o conhecimento é fonte da revelação divina e não “construção da razão”.

Somam-se a isso as novas teorias sobre a educação do século XVIII, que lançaram as bases da pedagogia moderna: escola pública, laica e gratuita, ameaçando o monopólio da Igreja sobre a educação.

No segundo capítulo, traçando algumas especulações e interpretações sobre o tempo através da História, Ivan Manoel assinala a polêmica sobre as teorias evolucionistas e as teorias criacionistas, tão em voga atualmente.

O mundo moderno, principalmente as teorias materialistas e os movimentos anticlericais, colocou dois problemas: a finitude humana, negando a transcendência, e as mudanças no conceito de tempo. O homem apropriou-se do tempo como mercadoria e objeto de pesquisa científica, que, na especulação acerca da procedência do universo, nega a sua origem divina.

Os percalços contidos fora do paraíso, quando se inicia a história da humanidade para a Igreja Católica, estabelecem o tempo como redenção para a salvação humana, para o juízo final ou *parúsia*, como define o autor. Se para a Igreja Católica a história é a da salvação humana, o tempo histórico é o intervalo entre a criação e a *redenção*. O mistério que envolve o tempo pertence a Deus, pois “o início e o fim dos tempos” encontram-se fora do controle humano.

No terceiro capítulo, sobre a metáfora do movimento pendular que dá título ao livro, o texto indica o movimento da História e a evolução humana contidas nas filosofias modernas, de Kant ao positivismo de Comte e o materialismo dialético de Marx, examinadas pelo autor nas suas semelhanças, ou seja, a potencialidade da razão humana. Para a Igreja Católica o saber adquirido pelo homem fora do “plano divino” levou-o à temporalidade. A vida eterna rompe-se com a *queda*, com a desobediência que conduziu ao *pecado original*. A história humana aí começa, fruto de um saber longe das prerrogativas divinas, conduzindo o homem à derrocada.

O pêndulo é a oscilação entre o afastamento ou a aproximação de Deus. A paralisação do *pêndulo* é o indicativo da volta à proximidade de Deus. Com o *pecado original* o homem afastou-se de Deus e o *pêndulo* afastou-se de seu eixo; a vinda de Cristo aproximou o homem de Deus.

A Idade Média foi o momento mais estável do *pêndulo* e o século XIX, seu maior afastamento, como resultado do “moderno pensamento racionalista” (p. 106).

No quarto capítulo Ivan Manoel, com uma análise sobre o movimento da história rumo ao expansionismo do século XIX, indaga sobre a superestrutura, que para muitos pensadores é o espelho da infra-estrutura. Se assim é, como explicar que, na expansão do capitalismo, fundamentos da Idade Média se fizeram presentes? Citando Engels, Ivan Manoel enfatiza a concepção materialista da História, assinalando que “as idéias são relativamente autônomas em relação à base material” (p. 113).

O autor demonstra que a Igreja Católica, durante a Idade Média, consolidou-se para além da esfera religiosa, confundindo-se com o poder do Estado, com o monopólio do conhecimento e a *expansão de seu patrimônio fundiário*, ou seja, “a Igreja moldou o mundo feudal a sua imagem e semelhança” (p. 116).

Voltando à questão do *pêndulo*, esse momento é o de equilíbrio, de sua paralisação. A modernidade, então, gerou novamente o afastamento, o rompimento desse equilíbrio e o movimento do pêndulo para o extremo, representando a instabilidade e o retrocesso.

O movimento da Igreja Católica, de “re Cristianização”, a partir da Encíclica *Rerum Novarum* de 1891, de Leão XIII (1878-1903), preconizava restaurar a *razão*, voltando aos pensadores da Idade Média, como no auge da Escolástica, no século XIII, com a síntese tomista.

De Leão XIII em diante o autor constata uma firme oposição da Igreja aos movimentos esquerdizantes e uma aceitação maior dos princípios liberais democráticos da sociedade burguesa, apresentando, por exemplo, uma citação incluída na *Rerum Novarum*, na qual “a propriedade particular e pessoal é, para o homem, de direito natural” (p. 137), reafirmando que nas críticas ao capitalismo não constam certas características básicas do ideário liberal.

Como demonstra Ivan Manoel, no movimento de re Cristianização dá para conviver com certos princípios do ideário liberal, quanto aos movimentos de esquerda, não pela incompatibilidade de princípios, perigo eminente que decretava o fim da Igreja.

A Igreja Católica, por exemplo, aliou-se ao Estado burguês contra a ameaça comunista. Explica-se, portanto, a atuação de Pio XII durante

os governos totalitários europeus nos anos de 1930, como o fascismo e o nazismo.²

O estudo de Ivan Manoel é farto em discussões que ultrapassariam o teor de uma resenha. É um trabalho dos mais relevantes porque apresenta uma análise embasada em um profundo conhecimento sobre os fundamentos da Igreja Católica através dos tempos³ e atualíssimo, como indicam o fortalecimento de dogmas religiosos de vários matizes; das organizações criacionistas que se espalham pelo mundo, preconizando a volta dessas teorias às escolas; da exclusão da teoria da evolução nos currículos escolares e a política messiânica do governo Bush, expressando um movimento religioso conservador consubstanciado em ações políticas.

No momento de restauração messiânica que se propaga rapidamente no mundo da globalização, mesmo que nem sempre em bases católicas, um texto que explicita os fundamentos de um movimento conservador da Igreja Católica, expressando que doutrina e ação política não se separam, mas se embasam mutuamente como uma peça intrincada, é muito bem-vindo, pois busca, no entendimento da História, as bases da reação conservadora. Afinal, “em nome de Deus”, muitas mazelas se perpetuam.

Notas

1. “Ultramontano” ou “romanização” é o termo utilizado pela historiografia para definir o movimento conservador da Igreja Católica. Sua origem é francesa, significando para além dos Alpes rumo a Roma, indicando o centralismo na autoridade do Papa.
2. Atualmente, há uma polêmica envolvendo o movimento de canonização de Pio XII.
3. O autor tem trabalhos sobre o tema: *As reformas conservadoras da “nova” pedagogia católica*, dissertação de mestrado, (UFSCAR, 1982); *Igreja e educação feminina: os colégios das irmãs de São José de Chamberry (1859-1919)*, tese de doutorado (USP, 1988); *Igreja e educação feminina: uma face do conservadorismo (1859-1919)*, São Paulo (UNESP, 1996); entre outros.